



**Maria do Socorro Alencar Nunes  
Macedo**



Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

[socorronunesmacedoufsj@gmail.com](mailto:socorronunesmacedoufsj@gmail.com)

**Paula Aparecida Diniz Gomides**



Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

[contatopaulagomides@gmail.com](mailto:contatopaulagomides@gmail.com)

## **O PEC-G E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta um recorte de pesquisa mais ampla que visou compreender as estratégias e as trajetórias de estudantes estrangeiros no ensino superior em uma universidade pública federal. Neste texto focamos no PEC-G (Programa Estudantes-convênio de Graduação) e nas relações estabelecidas pelos estudantes africanos vinculados a esse programa enquanto política de internacionalização e mobilidade acadêmica. Tomando por base alguns conceitos de Bourdieu buscamos compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes ao processo de formação no Brasil e às expectativas com a conclusão do curso. Baseando-se em pressupostos da pesquisa qualitativa produzimos dois tipos de dados, sendo a entrevista a principal fonte. Foram entrevistados 14 estudantes e a assessora de assuntos internacionais da universidade. Outra fonte de dados foram os documentos presentes no site do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do MEC (Ministério da Educação) que caracterizam o PEC-G. Os resultados indicam que é necessário engajar esses jovens e atendê-los em suas especificidades, tanto na formação acadêmica quanto em formação cultural e crítica. Esse atendimento passa por uma recepção de qualidade que preste informações pertinentes e realmente contribua para que a experiência em nosso país seja aproveitada da melhor maneira.

**Palavras-chave:** PEC-G. Internacionalização. Capital cultural. Ensino superior.

### **THE PEC-G AND THE INTERNATIONALIZATION OF THE UNIVERSITY**

#### **ABSTRACT**

This article presents a broader research clipping that aimed to understand the strategies and trajectories of foreign undergraduate students at a Brazilian public university. In this text we focus on the PEC-G (Undergraduate Student Agreement Program) and the relationships established by African students linked to this program as an internationalization and academic mobility policy. Based on some concepts of Bourdieu, we seek to understand the meanings attributed by students to the educational process in Brazil and their expectations with the conclusion of the course. Based on assumptions of qualitative research, we produced two different types of data, the interview being the main source. Fourteen students and the university's international affairs advisor were interviewed. Another source of data were the documents on the MRE (Ministry of Foreign Affairs) and MEC (Ministry of Education) websites that characterize the PEC-G. The results indicate that it is necessary to engage these young students and assist them in their specificities, both in academic education and in cultural and critical education. This service goes through a quality reception that provides relevant information and really helps them to make the most of the experience in our country.

**Keywords:** PEC-G. Internationalization. Cultural capital. University Education.

**Submetido em:** 02/06/2020

**Aceito em:** 08/26/2020

**Publicado em:** 30/12/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12nEsp2p271-291>



## I INTRODUÇÃO

A internacionalização da universidade tem sido objeto de discussões no cenário acadêmico brasileiro ganhando diferentes contornos, incluindo não apenas a pesquisa e a pós-graduação, mas também os cursos de graduação. Autores têm atribuído ao processo de Bolonha, iniciado em 1999 na Europa, a influência mais efetiva nas políticas de internacionalização não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina (ver ROBERTSON; 2009; TEODORO; GUILHERME; 2017). Entretanto, o fenômeno não é recente, desde o início dos anos de 1960 estudantes estrangeiros têm buscado nossas universidades por meio de uma política estabelecida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o PEC-G (Programa Estudantes - Convênio de Graduação), a ser detalhado mais à frente.

Jane Knight (2010; 2018) uma das pioneiras no estudo da internacionalização do ensino superior, apresenta dimensões que envolvem esse processo, dentre as quais: mobilidade acadêmica de estudantes e professores, a existência de redes, associações e projetos internacionais de pesquisa e formação, a transmissão da educação para outros países por meio de franquias/agências, a inclusão de uma dimensão internacional /intercultural/ e/ou global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. A mobilidade acadêmica de estudantes potencializa, segundo Gonçalves (2009), o processo de “internacionalização em casa” envolvendo diversas ações que as universidades podem implementar em prol de uma formação em nível global, sem, necessariamente, implicar na saída física de professores e alunos de seus países de origem.

Este artigo apresenta um recorte de pesquisa mais ampla que visou compreender as estratégias e as trajetórias de estudantes estrangeiros no ensino superior em uma universidade pública federal. A universidade escolhida foi a UFSJ (Universidade Federal de São João del Rei) que, apesar de estar ainda, como a maioria das instituições de ensino superior brasileiras, em um processo de internacionalização incipiente (CAPES, 2017), possuía, à época da pesquisa, cerca de 28 estudantes de diferentes nacionalidades matriculados em programas de graduação e de pós-graduação, dos quais sete eram vinculados ao PEC-G. Neste texto apresentamos os elementos que estruturam o PEC-G e as relações estabelecidas dos estudantes africanos com esse programa enquanto política de internacionalização e mobilidade acadêmica.

Tomando por base alguns conceitos de Bourdieu buscamos compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes ao processo de formação no Brasil e as expectativas com a conclusão do curso. O texto estrutura-se em quatro tópicos, além da introdução. No primeiro, descrevemos o processo de produção de dados e os sujeitos da pesquisa. Na sequência, apresentamos uma descrição e análise da política do PEC-G como um dispositivo de cooperação com a África. No tópico seguinte, baseamo-nos na teoria dos

capitais, de Bourdieu, para discutir a formação superior e a busca por um capital cultural, a partir de elementos do perfil e da fala dos estudantes. Em seguida, apresentamos alguns elementos das narrativas dos estudantes sobre a sua chegada ao Brasil e as expectativas a partir da conclusão do curso. Encerramos com as considerações finais apontando possibilidades para futuras pesquisas.

## 2 PRODUÇÃO DE DADOS E SUJEITOS

Baseando-se em pressupostos da pesquisa qualitativa produzimos diferentes tipos de dados, sendo a entrevista a principal fonte. Prezando por um processo de pesquisa que buscasse diminuir a violência simbólica que geralmente as investigações científicas causam, apoiamo-nos nos preceitos de Bourdieu (2007) a fim de tratarmos o discurso dos participantes. Outra fonte de dados foram os documentos presentes no site do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do MEC (Ministério da Educação) que caracterizam o PEC-G.

Iniciamos a pesquisa identificando os tipos de estudantes estrangeiros atendidos pela UFSJ. Três grupos com três diferentes tipos de vínculo foram identificados: estudantes em mobilidade de grau (estudantes que se titularão no Brasil); mobilidade de crédito (estudantes vinculados às instituições de seus países que realizam apenas um determinado período de estudos no Brasil), geralmente seis meses ou um ano, e validam esses estudos em seus cursos e países de origem) e pesquisadores sem vínculo com a instituição (vinculados aos laboratórios da universidade, não são propriamente alunos, mas estagiários ou pesquisadores advindos de instituições estrangeiras).

As entrevistas ocorreram com 14 dos 28 estrangeiros vinculados no período e, dos 14, sete estavam realizando o curso superior na universidade, todos vinculados ao PEC-G. Os sete estudantes são advindos da América Latina e da África, além do Timor Leste, na Ásia. Entrevistamos, ainda, a assessora para assuntos internacionais da universidade. Devido ao volume de dados e ao espaço reduzido, nos atemos, neste artigo, às entrevistas com os estudantes africanos. Os quatro estudantes estavam, no momento da pesquisa, em unidades localizadas em outras cidades, diferentemente do campus sede que é em São João del Rei MG. Desta forma, as entrevistas ocorreram via skype, foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Os entrevistados são Márcia<sup>1</sup> e Marisa de São Tomé e Príncipe, cursando Bioquímica e Engenharia Agrônômica, respectivamente, e Jéssica e Joaquim, ambos de Cabo Verde cursando Bioquímica e Engenharia Agrônômica, respectivamente. Consideramos que suas narrativas acerca de suas experiências podem promover diferentes olhares e estimular mudanças significativas não apenas na formulação de

---

<sup>1</sup> As identidades dos participantes foram protegidas por meio de pseudônimos.

políticas em âmbito federal, mas também na condução de programas como esse pelas próprias instituições de ensino superior brasileiras.

### **3 O PEC-G E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ACADÊMICA BRASIL-ÁFRICA**

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é um programa de mobilidade internacional regulamentado em 1965 que, por meio de parcerias entre o Brasil e países em desenvolvimento, promove o ensino em nível superior. O programa seleciona, em média, 533 estrangeiros ao ano, em sua maioria, de origem africana. Em 20 anos, entre os anos 2000 e 2019<sup>2</sup>, foram 10.670 estrangeiros advindos de países africanos, latino-americanos, caribenhos e asiáticos. Cabe destacar que deste montante 7.991 são de origem africana, constituindo 75% do total (MRE, 2019).

Trata-se de um acordo de cooperação internacional do Ministério das Relações Exteriores firmado entre o governo brasileiro e países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos com foco no desenvolvimento socioeconômico. Apesar de ter iniciado nos idos de 1917, apenas passou a ser operacionalizado em 1965 por meio do protocolo que regulou seu funcionamento (BIZON, 2013). Conforme determina o Decreto nº 7.948 de 12 de março de 2013, o PEC-G possibilita a formação de estrangeiros no ensino superior brasileiro de forma gratuita, pautando-se em atividades desenvolvidas preferencialmente entre países em desenvolvimento, determinando o retorno do estrangeiro ao seu país de origem ao final do curso (BRASIL, 2013). É conhecido como o primeiro dos programas de cooperação internacional no ensino superior do qual o Brasil é signatário.

Cabral (2015, p. 74) afirma que entre os anos de 1965 a 1974, o programa ainda não desenvolvia a relação Sul-Sul conforme nota-se atualmente. Estudantes dos EUA e Portugal foram selecionados durante esse período e havia uma forte presença de estudantes latino americanos, mais especificamente: “bolivianos, paraguaios, peruanos, panamenses e uruguaios”. O autor afirma ainda que a vinda de africanos se efetivou a partir de 1977 com os caboverdianos, guineenses e nigerianos. A intensificação de africanos selecionados por esse programa se deu a partir do governo Lula que redirecionou o foco da Política Externa Brasileira para as relações de cooperação entre o Brasil e países africanos (CABRAL, 2015).

O programa requer que o estudante possua idade entre 18 e 23 anos, apresente o certificado de conclusão do ensino médio e o resultado do exame Celpe-Bras, com o intuito de atestar a proficiência em língua portuguesa. Não é necessário que o estrangeiro preste exames vestibulares das instituições ou realize o Exame Nacional do Ensino Médio ENEM. O Celpe-Bras pode ser realizado no Brasil e em alguns

---

<sup>2</sup> O PEC-G está em vigor desde 1965, mas os dados até 1999 não foram sistematizados pelo Ministério das Relações Exteriores.

países. Geralmente os estudantes chegam ao Brasil um ano antes de se submeterem à seleção ao PEC-G para realizarem o curso de português para estrangeiros nas IES brasileiras e assim se prepararem aqui para o exame. Cabral (2015, p. 157) ressalta que muitos estudantes advindos de países não-lusófonos se preocupam com a possibilidade de não serem aprovados no exame e que, não raro durante esse curso, “algumas universidades lhes “*guetizam*” pelo fato de serem alunos temporários, dificultando o acesso a toda estrutura universitária”.

Conforme consta no site do MRE, os candidatos que residirem em países que não são centros aplicadores do Celpe-Bras, poderão realizar no Brasil o curso de Português para estrangeiros e, posteriormente, realizarem a prova em nosso país. Contudo, o exame apenas poderá ser prestado uma única vez, sendo assim, caso o candidato não alcance uma nota satisfatória na primeira tentativa, não haverá outra, devendo retornar ao seu país de origem. Por essa razão, os participantes da pesquisa de Cabral (2015) ressaltaram o medo da não aprovação, já que a própria vinda ao Brasil, em si, já constitui para muitos uma experiência que envolve sacrifícios e dificuldades.

O Celpe-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente (MEC/CELPE-BRAS, 2019) e consiste em uma prova anual que atesta a proficiência em cinco diferentes níveis: 0 a 1,99 (sem certificação), 2 a 2,75 (intermediário), 2,76 a 3,5 (intermediário superior), 3,51 a 4,25 (avançado) e 4,26 a 5 (avançado superior). O exame considera aptos para pleitear vagas os candidatos que obtiverem ao menos o nível 2, equivalente ao nível intermediário. O exame, aplicado pela primeira vez em 1998, surge para suprir a necessidade de certificação em língua portuguesa, além de contribuir para a definição de uma política linguística para o ensino de português como Língua Adicional (PLA) (BIZON, 2013).

O modelo de avaliação disponível no site do MEC, aplicado em 2007, nos fornece uma noção acerca dos conhecimentos demandados. Na primeira questão, é solicitado ao aluno a escrita de uma mensagem eletrônica com base em uma reportagem em vídeo, a segunda questão requer um texto a ser fixado em um mural de avisos de uma cozinha, com base em uma reportagem em áudio. Na mesma esfera, a terceira questão solicita a escrita de uma carta com base na leitura de uma crônica, enquanto a quarta questão demanda a escrita de um “pequeno artigo” para publicação na revista ISTOÉ, com base em uma entrevista publicada nesta revista. “A NÃO APROVAÇÃO no exame encerrará o vínculo do aluno com o Programa, sem possibilidade de recurso, e implicará no retorno imediato ao país de origem” (MEC/CELPE-BRAS, 2019).

Com a leitura do trabalho de Cabral (2015) nos é possível compreender que em determinado período houve uma mudança na política. Inicialmente, a vinda de estudantes africanos provenientes de países lusófonos não era condicionada à comprovação da proficiência. Contudo, o Decreto nº 7.948 de 2013 já traz essa prerrogativa sem diferenciar estudantes de países lusófonos e não-lusófonos. Conforme

aponta Bizon (2013), a assessoria do PEC-G na instituição pesquisada por ela ressalta a importância do exame, uma vez que ter o português como língua oficial não significa que essa será também a língua materna.

Em nossa pesquisa Joaquim, um estudante cabo-verdiano, nos contou que em alguns países da África, o português é exercido exclusivamente em contextos oficiais e formais e negado em contextos familiares, nos quais, com frequência, há o envolvimento de mais de um idioma nas interações. Essa negação do português em contextos familiares se deve ao fato de que o idioma é visto, em alguns casos, como uma língua de prestígio, não dominada por todos. Então, caso seja utilizado em contextos não-formais, é possível que familiares e amigos considerem que o usuário pretende distinguir-se de alguma forma dos demais.

Ao analisarmos o modelo de prova do Celpe-Bras questionamo-nos sobre a eficiência da comprovação de proficiência no idioma, principalmente em um cenário em que cursos das áreas exatas são mais privilegiados pelos estudantes que os das áreas de humanas. Em nossa pesquisa, os sete estrangeiros que estavam vinculados ao PEC-G cursavam engenharias e cursos na área médica (medicina ou bioquímica). Dentre os 28 estudantes estrangeiros vinculados à universidade, nenhum possuía vínculo a cursos ligados às humanidades. Será possível esperar que a pura proficiência no idioma garantisse sucesso no meio acadêmico? Macedo e Barroso (2010) mostraram que não.

Outra demanda do programa é que os selecionados declarem capacidade financeira para o custeio próprio no Brasil. Além disso, os estudantes deverão dedicar-se exclusivamente aos estudos, sendo vedada a contratação para fins de trabalho formal. “Como podemos ver, mesmo existindo outros critérios para a seleção dos candidatos como, por exemplo, histórico escolar do ensino médio, o poder econômico ainda é muito relevante na seleção dos candidatos ao programa” (CABRAL, 2015, p. 73). Porém, é possível que os estudantes participem de todos os editais e auxílios aos quais têm direito os alunos brasileiros, como desconto no restaurante universitário, bolsa monitoria, participação em empresas júniores e iniciação científica, dentre outros. Encontramos africanos participantes de editais como esses. Tais atividades foram por eles consideradas como estratégias para a melhoria de seu desempenho acadêmico e linguístico.

Ainda sobre a questão financeira, em entrevista com a assessoria internacional da UFSJ, constatamos que é comum que estudantes estrangeiros atestem capacidade financeira como um meio de vir para o país, porém, uma vez inseridos na universidade, solicitarem auxílios em título de urgência. Pensando em casos assim, em 2003 o governo brasileiro instituiu o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES<sup>3</sup>) que consiste em um auxílio mensal de R\$ 622,00 aos estudantes que comprovarem situação de vulnerabilidade e obtiverem um bom desempenho acadêmico. Conforme

---

<sup>3</sup> Existem ainda os auxílios denominados bolsa MRE e bolsa mérito.

aponta Cabral (2015), os estudantes provenientes de países africanos são os mais beneficiados constituindo 91% em 2010, de um total de 749 beneficiários.

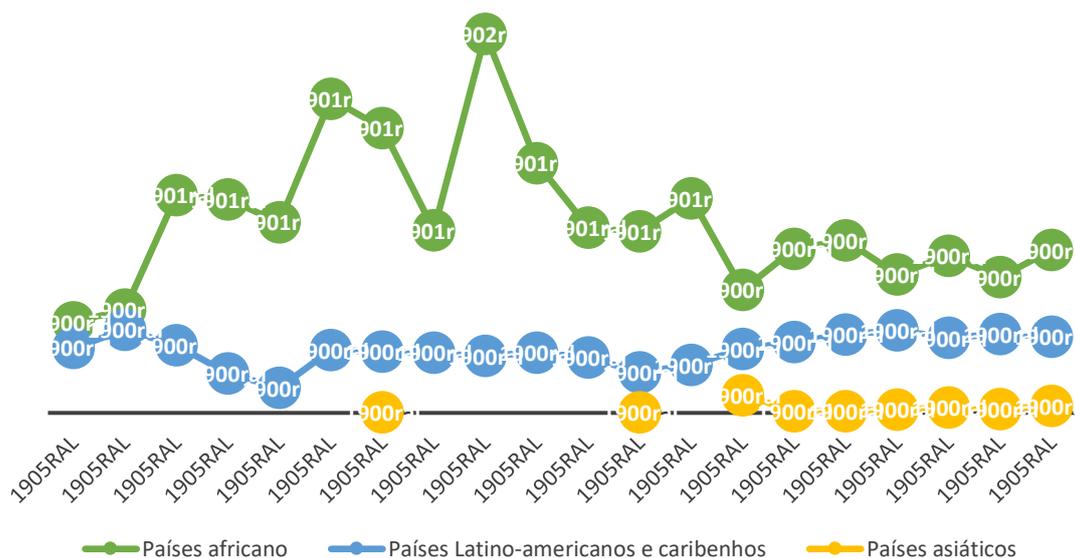
De acordo com uma lista divulgada no portal do MEC, são 109 as instituições credenciadas ao PEC-G que estão organizadas conforme exposto abaixo:

Região Centro-Oeste: 10 instituições, sendo 5 federais, 3 estaduais e 2 particulares, distribuídas entre os Estados ou Unidade de Federação: Distrito Federal (2), Goiás (4), Mato Grosso do Sul (2) e Mato Grosso (2). Região Nordeste: 23 instituições, sendo 18 federais, 3 estaduais e 2 particulares, distribuídas entre os Estados: Alagoas (2), Bahia (5), Ceará (5), Maranhão (2), Paraíba (3), Pernambuco (3), Rio Grande do Norte (2), Sergipe (1) e Piauí (1). Região Norte: 8 instituições, sendo 7 federais e 1 particular, distribuídas entre os Estados: Amazonas (1), Pará (3), Roraima (1), Acre (1), Tocantins (1) e Amapá (1). Região Sudeste: 41 instituições, sendo 19 federais, 5 estaduais e 17 particulares, distribuídas entre os Estados: Espírito Santo (1) Minas Gerais (15), Rio de Janeiro (8) e São Paulo (17). Região Sul: 27 instituições, sendo 10 federais, 6 estaduais, 1 municipal e 10 particulares, distribuídas entre os Estados: Paraná (7), Rio Grande do Sul (13), Santa Catarina (7).

As universidades são incluídas na política por meio de adesão e destinação de vagas em seus cursos, essas vagas não integram os editais de seleção regulares. É possível perceber a presença de instituições públicas e privadas nas diferentes regiões do país. No ato da inscrição no programa o candidato pode indicar duas áreas de interesse (atualmente são 291 opções) e duas cidades brasileiras, mas não escolhe diretamente a IES (Instituição de Ensino Superior) à qual deseja estudar. A política parece orientar que os estudantes sejam alocados nas áreas às quais seus países mais necessitem de cuidados. É comum que os estudantes sejam matriculados em IES ou cidades brasileiras das quais nunca tenham ouvido falar, conforme relatam alguns dos entrevistados, porém esse não é um empecilho. Contudo, uma vez em solo brasileiro ainda é possível que o estudante troque a área ou a instituição de ensino, desde que já tenha cumprido o primeiro ano do curso na IES na qual foi matriculado (BRASIL, 2013).

O gráfico abaixo trata da mais recente publicação quantitativa acerca da presença de estudantes estrangeiros em nosso país desde o ano 2000 até 2019, via PEC-G. Demonstramos no gráfico 01 o número de estudantes selecionados no programa por continente de origem (África, América Latina e Caribe e Ásia). É expressiva a diferença entre a linha referente aos selecionados advindos de países africanos e os outros, demonstrando a importância do PEC-G como um programa que viabiliza estudos em nível de graduação, principalmente para estudantes africanos.

Gráfico 1 – Seleccionados PEC-G por país entre os anos 2000 a 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (Ministério das Relações Exteriores, 2019)

Conforme dados do Ministério das Relações Exteriores (2019), existem atualmente 59 países compondo as estratégias de internacionalização propostas no PEC-G, dentre eles, 25 países africanos, 25 da América-Latina e Caribe e 9 países asiáticos. Foram 10.670 seleccionados entre os anos 2000 a 2019<sup>4</sup>, sendo o continente africano responsável por 75% destes. Os cursos que mais ofertaram vagas são: Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. Contudo, pesquisas apontam (MACEDO; BARROSO, 2010; CABRAL, 2015) que os cursos mais cobiçados pelos estrangeiros pertencem a áreas como medicina e engenharias e as razões pelas quais eles optam por esses cursos podem estar relacionadas a maiores demandas de mão de obra especializada em seus países e/ou possibilidade de aquisição de determinado status social.

Dentre os cinco países que mais enviaram estudantes ao Brasil nestes 20 anos estão Cabo Verde (3.169), Guiné-Bissau (1.416), Angola (753), República Democrática do Congo (552) e Benin (487). Esses representam 80% dos países africanos com participação no PEC-G. Destacamos ainda que, dentre os cinco países africanos que mais proporcionaram mobilidade via PEC-G, dois deles (República Democrática do Congo e Benin) possuem o Francês como idioma oficial e não o Português.

Curiosamente, apesar de não ser objeto deste artigo, quando levantamos as informações sobre os estudantes via PEC-PG (pós-graduação), essa presença de estudantes africanos é reduzida. Os dados do MRE evidenciam que entre 2000 e 2019 foram seleccionados 2.060 (68%) estudantes provenientes de países da América Latina e Caribe, em sua maioria da Colômbia (724) e Peru (344). 870 foram os

<sup>4</sup> Já foi divulgado o resultado do processo seletivo que aprovou 515 estrangeiros para entrada no primeiro e segundo semestre de 2020 nas IES brasileiras (MRE, 2020).

estudantes selecionados de países africanos, sendo 485 moçambicanos e 163 caboverdianos. Finalmente, apenas 97 estudantes asiáticos foram selecionados neste período.

Para estudantes que tenham se titulado no Brasil, um dos requisitos para seleção pelo PEC-PG é a permanência no país de origem por um tempo não inferior a dois anos (MRE/PEC-PG, 2019). A seguir, relacionamos a política e o desejo por titulação à teoria dos capitais proposta por Pierre Bourdieu, refletindo sobre a presença ou não destes capitais nos diferentes processos, entre a vinda e a formação, pelos quais os estrangeiros vivenciam.

## 4 A FORMAÇÃO SUPERIOR E A BUSCA POR CAPITAL CULTURAL

Nesta seção os conceitos de *habitus*, campo e capital (cultural, social econômico e simbólico) nos serão essenciais para levantarmos hipóteses acerca da motivação de estrangeiros para a realização de seus estudos no Brasil. Cabral (2015) afirma que uma das motivações para que estudantes de origem africana busquem por formação via convênio PEC-G é o desejo por aquisição de capital cultural, materializado em diplomas de nível universitário. Percebemos em nossas investigações que, para eles, essa é uma das poucas oportunidades para o alcance da formação em nível superior, vista como uma forma de emancipação por meio de aquisição e/ou aumento não somente de capital cultural, mas também de capital social, simbólico e conseqüentemente econômico.

Uma vez no campo acadêmico, os estudantes tendem a reproduzir determinado *habitus*, ou seja, disposições mais ou menos incorporadas de ser ou agir. “O bom jogador”, faz o que é necessário fazer, tende a agir estrategicamente, consciente das regras do jogo em prol da ascensão ou manutenção de sua posição no campo (BOURDIEU, 2004, p. 81). Nossos participantes relataram dificuldades com os desafios que permeiam o campo acadêmico no qual estão inseridos, sendo o mais citado, a dificuldade linguística, mesmo para estudantes africanos de países lusófonos, aspecto também ressaltado por Macedo e Barroso (2010). Porém, as dificuldades são diminuídas ou sanadas com a adoção de estratégias de estudos que se concentram justamente no desejo de aquisição da titulação pretendida, o que passa pelo atendimento às expectativas da instituição.

“O sentido do jogo, nesse caso, é mais ou menos o sentido de honra” (*Ibidem*, p. 87). Para muitos, jogar satisfatoriamente é alcançar a titulação e retornar ao país de origem com aptidão suficiente para contribuir com as questões nacionais. Nesta acepção, estão envolvidos os conceitos de capital cultural, relacionado à capacidade de percepção e atendimento das práticas e demandas mais legitimadas pela cultura dominante, relacionando-se ao sucesso escolar, materializado nas universidades pelos diplomas que outorgam competência profissional; capital social que trata das relações sociais nas quais o indivíduo se envolve e que podem lhe gerar algum benefício, neste caso podem se destacar relações de amizade e

cooperação com professores e colegas brasileiros ou estrangeiros; capital econômico, relacionado às posses materiais e capital simbólico, ligado ao reconhecimento, reputação ou prestígio adquirido em determinado campo social (BOURDIEU, 1989).

Além disso, há o anseio por titulação, uma vez que, para que a formação superior seja alcançada, esses estudantes se veem em meio a relações de poder e desejo por maiores posições de destaque ao regressarem, culminando na busca pelos capitais descritos acima. Algumas entrevistas validam esse interesse no regresso para o auxílio de questões nacionais, porém como ocorre com um participante caboverdiano, o desejo de dar continuidade aos estudos é algo que pode ser adquirido ao longo da formação, o que, no caso deste estudante, acabou por adiar seu retorno, em decorrência da aprovação em curso de Mestrado. Essa continuidade é favorecida, inclusive, pelo PEC-PG.

Cabral (2015) ressalta que, apesar de o PEC-G ser uma importante política educacional oferecendo formação, em sua maioria a estudantes africanos, por outro lado, o termo de responsabilidade financeira exclui estrangeiros com baixo poder aquisitivo: “A família como primeira instituição de socialização dos indivíduos acaba sendo uma das grandes bases durante o período do ingresso e da trajetória destes jovens no ensino superior brasileiro, através da sua ajuda econômica e simbólica” (CABRAL, 2015, p. 166). Apesar do termo, muitos estrangeiros, conforme vimos na seção anterior, demandam auxílios às instituições após sua vinda ao Brasil e, por essa razão, políticas de bolsas são oferecidas. Podemos compreender que “burlar” o termo de responsabilidade financeira é uma estratégia para que a possibilidade de estudos possa ser alcançada, destinando um lugar secundário ao custeio, em face da possibilidade de se titular, o que pode ser melhor entendido com o extrato abaixo:

- a) os estudantes provenientes de famílias de elite que podem pagar a renda exigida através do Termo de Responsabilidade Financeira;
- b) os estudantes de classe média ou alta que são auxiliados por governos dos países de origem, atribuindo uma bolsa de auxílio financeiro mensal;
- c) os estudantes que precisam burlar a lei, dado que não dispõem dos recursos necessários exigidos, procurando terceiros a fim de assinarem simbolicamente o documento, sem que precise enviar no futuro o valor declarado (CABRAL, 2015, pp. 21-22).

Constatou-se assim que existem três tipos de estudantes que se candidatam ao programa. Esse custeio ao qual as “elites” se valem para manter os seus no Brasil, de acordo com Cabral, correspondem em no mínimo a quatrocentos dólares (400 USD) ao mês e o responsável pela assinatura de seu Termo de Responsabilidade Financeira deve comprovar renda de ao menos 3 vezes maior. No entanto, o salário mínimo médio em países africanos não ultrapassa a marca de 150 USD<sup>5</sup>. Para se ter uma ideia, hoje (13/12/2019), um dólar americano corresponde a R\$ 4,11, em uma conversão simples, o maior salário mínimo (Cabo Verde), corresponderia a R\$ 616,50, valor inferior ao nosso atual salário mínimo de R\$

<sup>5</sup> Alguns salários-mínimos em 2014: Angola: 124 USD; Guiné-Bissau: 60 USD; Cabo Verde: 157 USD; São Tomé e Príncipe: 53 USD; e Moçambique 100 USD (CABRAL, 2015, p. 21).

998. É possível inferir então, que a bolsa atualmente paga pelo PROMISAES (R\$ 622) equivaleria a um valor superior ao salário mínimo de muitos países africanos dos quais os estudantes PEC-G são provenientes (aproximadamente 151 USD). Assim sendo, é passível de consideração a importância da bolsa para a permanência desses estudantes.

O capital social destes estudantes é acionado antes mesmo da chegada ao Brasil, no processo entre a tomada de consciência acerca da possibilidade de estudos e a vinda. Suas relações em seus países podem lhes possibilitar acesso aos profissionais nas embaixadas que possam fornecer as informações pertinentes, ou mesmo as conversas com parentes e amigos que estudam ou já realizaram seus estudos aqui, influenciam na decisão. Em nossa pesquisa e também em Cabral (2015), a fala dos estrangeiros ressalta o pouco acesso à informação sobre o país e sobre a universidade de destino, além da recepção na chegada ao Brasil que geralmente fica a cargo de colegas da mesma nacionalidade. Em muitos casos os estudantes são alertados sobre palavras que não devem ser usadas no contexto brasileiro por possuírem significados diferentes e, em geral conotações ruins (bixa = fila, propina = taxas comumente pagas, rapariga = moça nova). Esse comportamento é transmitido aos novos estudantes, muitos deles ficam atentos às listas de pessoas que foram aprovadas nos exames posteriores para realizarem também esse “trabalho” de mediação e cooperação.

Apesar de parecerem reconhecer a importância do capital social, principalmente entre iguais, nem sempre as relações entre estudantes estrangeiros, mais especificamente os africanos, se limitam apenas a estrangeiros advindos do mesmo continente. Para os africanos da UFSJ, como existem poucos estudantes vinculados à universidade e eles estão em polos de diferentes cidades, esse contato é dificultado. Então, estudantes brasileiros são incluídos nas redes ou incluem os estudantes africanos. Macedo e Barroso (2010) destacaram que, em trabalhos acadêmicos, os africanos inicialmente deveriam demonstrar suas habilidades acadêmicas aos colegas brasileiros antes de serem incluídos nos grupos.

Em nossa pesquisa não evidenciamos relações tensas, mas estudos têm mostrado que ocorrem, pautadas principalmente no racismo e xenofobia como demonstra Cabral (2019). O autor evidencia diversos casos envolvendo truculência policial, equiparação pejorativa desses estudantes a animais, comentários sobre suas capacidades intelectuais por professores e colegas, situações no qual lojistas ou taxistas decidem se aproveitar de sua condição de estrangeiro, considerando que eles possuem ‘dinheiro para gastar’ com taxas abusivas e trajetos desnecessários, dentre outras.

Não raro, os brasileiros demonstram informações e opiniões erradas sobre os países africanos, como relatado por um dos nossos entrevistados, em que uma colega acreditava que a África era um país e não um continente, situação esclarecida pela estudante. Em geral, os estudantes africanos são muito solidários ao falar de seu país e de sua cultura para aqueles que não os conhece e eles o fazem com orgulho.

Em relação ao capital simbólico, compreendemos que ele está envolvido nas ações das universidades engajadas nas práticas de internacionalização, que adquirem prestígio e podem melhorar sua nota em rankings internacionais e, por consequência, está envolvido também nas concepções dos próprios estudantes. Conforme apontamos acima, a escolha da instituição ou do Estado não é possível. Muitos estudantes chegam ao Brasil sem conhecerem a cidade na qual vão estudar e com pouco conhecimento sobre universidades que não sejam tão conhecidas como USP e UFMG, por exemplo. Mas, muitos fatores contribuem para que o capital simbólico seja percebido na fala deles como por exemplo o reconhecimento da área escolhida ou mesmo o fato de estarem no Brasil, melhorando o português e com a oportunidade de influenciarem nas decisões políticas de seus países no futuro.

Em síntese, os estudantes oriundos do PEC-G, acionam os capitais descritos por Bourdieu para lidarem com as demandas no campo acadêmico, inclusive, adquirindo determinados *habitus* que podem lhes permitir o cumprimento das expectativas de professores e da própria instituição. Consideramos que estar aprovado no Celpe-Bras é um dos requisitos essenciais para adentrarem no ensino superior que muitos, já em solo brasileiro não alcançam. Logicamente o capital econômico também figura como um fator primordial e essa necessidade pode ser contornada com as bolsas oferecidas pelo governo brasileiro e pelo governo de seus países de origem. Contudo, acreditamos que essa constituição dos capitais ocorre em um processo anterior ao ingresso nas IES brasileiras, nas trajetórias dos estudantes, mas que se intensifica no cotidiano acadêmico, conforme demonstramos em nossas investigações.

## **5 NARRANDO O PEC-G: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES AFRICANOS SOBRE A CHEGADA AO BRASIL?**

Conforme apontado na introdução, esse é um recorte que visa analisar especificamente as relações estabelecidas entre estudantes africanos da UFSJ e o PEC-G enquanto política de internacionalização e mobilidade. Nosso recorte relaciona-se com o cenário demonstrado anteriormente que mostra uma predominância de Cabo Verde (3.169) na origem de estudantes africanos no Brasil vinculados ao programa. Dentre os quatro estudantes entrevistados, dois são provenientes de Cabo Verde e dois de São Tomé e Príncipe, realizando os cursos de Bioquímica e Engenharia Agrônômica.

Para os estudantes, a UFSJ não se constituiu em uma primeira opção, uma vez que não é permitido que o candidato escolha em sua inscrição a IES na qual deseja estudar, eles apenas indicam cursos e cidades. Conforme relatado por Marisa, em muitos casos os estudantes recebem o resultado com a indicação da IES sem possuir conhecimentos prévios acerca da IES ou cidade onde irão estudar:

“[...] até a escolha dessa universidade foi por indicação de uma xará minha que trabalha na embaixada do Brasil no meu país que ela falou sobre Lavras e Viçosa aí, eu até tinha feito as

inscrições pra lá mas só que depois saiu São João del Rei [...] eu não sabia de nada, eu não sabia nem onde ficava, sabia que ficava em Minas Gerais” (Marisa, São Tomé e Príncipe, Engenharia Agrônômica).

Márcia demonstra uma realidade já conhecida por muitos estudantes africanos que é o fato de crescerem sabendo que deixarão seu país para estudarem: “[...] lá onde eu moro, a gente já cresce sabendo que um dia a gente pode deixar o país, né, pra estudar, e vários países oferecem vagas nas universidades” (Márcia, Cabo Verde, Bioquímica). Ela destacou, assim como os outros entrevistados, que havia outras opções além do Brasil, porém, em muitos países o ensino não é gratuito e isso se torna um diferencial na escolha. Outro aspecto levantado, que também é destacado por Joaquim no fragmento abaixo, é o fato de que praticamente todos os entrevistados indicaram instituições mais conhecidas internacionalmente no ato da inscrição. Essas indicações não necessariamente são acatadas.

[...] a universidade, eu tinha escolhido outra universidade, mas eles me colocaram na UFSJ, eu tinha escolhido a UFMG. Tem que ver se a universidade está escolhendo, o curso que você optou. Todo mundo pergunta isso pra mim: o Brasil, eu sempre quis estudar fora do meu país, sempre, sempre meu sonho era estudar fora, queria ter outro tipo de conhecimento sabe, conhecimento cultural, outro aprendizado, ou seja, me virar sozinho, aí meu curso em especial, eu vi que o Brasil é um dos grandes pilares da agropecuária [...]” (Joaquim, Cabo Verde, Engenharia Agrônômica).

Podemos compreender, com o excerto acima, que estudar no Brasil é uma decisão que agrega diversas variáveis: questão financeira, país no qual o curso é mais reconhecido, levando-se em consideração as possibilidades dos candidatos, a questão linguística, ou seja, o fato de o Brasil ser um país falante de português atrai em grande medida africanos advindos de países lusófonos, experiências prévias e indicações de amigos ou parentes, dentre outros.

Conforme os relatos dos estudantes, após a confirmação da aprovação é necessário que cada estudante realize sua matrícula na instituição em data estabelecida e com os documentos previamente solicitados. Conforme relata Jéssica, não houve muitas instruções prévias sobre esse processo ou mesmo sobre a universidade em questão. Ao ser perguntada se foi recepcionada de alguma forma ao chegar ao Brasil, a estudante afirma que apenas conversou com uma funcionária responsável por coletar seus documentos para a matrícula que lhe apresentou algumas partes do campus: “no dia que eu fui fazer a matrícula, a pessoa que foi fazer a matrícula, ela só me mostrou algumas partes da universidade e, mas assim, recepção, recepção mesmo não” (Jéssica, Cabo Verde, Bioquímica).

Como uma rede de relacionamentos e de sociabilidade acaba sendo estabelecida entre estudantes que já estão no Brasil e estudantes que estão chegando, Márcia relata que obteve grande ajuda de um primo e de nossa outra entrevistada Jéssica com questões como recebê-la no aeroporto, procurar uma casa para morar, conhecer a cidade ou o campus. A falta de conhecimentos abrange, inclusive, não saber que a universidade para a qual foi designada possui outros campi, como no caso da UFSJ que têm unidades

nas cidades de São João del Rei, Divinópolis, Sete Lagoas e Ouro Branco. Márcia acreditava inicialmente que estudaria em São João del Rei, mas o seu campus é na cidade de Divinópolis.

“[...] realmente, nessa questão de a faculdade auxiliar na chegada aqui eu acho que eles tem razão, se eu não tivesse essa ajuda, eles tipo, nem perguntaram, nem ofereceram nada sobre isso, mas também eu não perguntei, não pedi também, e eles não me ofereceram então eu não sei dizer também se a faculdade auxilia com isso, mas eu acho que não e isso é muito ruim. A gente vem e não sabe nada, nem como pegar um taxi, nem nada, e as coisas aqui são totalmente diferentes. Pra você ter noção, eu nunca andei de ônibus, a primeira vez que fui andar de ônibus aqui, quase cai porque eu não sabia nada” (Márcia, Cabo Verde, Bioquímica).

Para Marisa, a situação foi parecida. De acordo com ela, o comportamento da funcionária da instituição indicava que ela não sabia que a aluna iria chegar ou como proceder para realizar sua matrícula, pedindo que Marisa retornasse em outra data para concluir, já que necessitava verificar como seria feito o procedimento. Joaquim, que afirma ter sido o primeiro aluno do programa no campus de Sete Lagoas, também relata dificuldades na comunicação com a IES antes da efetivação de sua matrícula. Segundo ele, os e-mails enviados não foram respondidos e o que lhe facilitou foi um contato realizado aleatoriamente com um dos alunos da universidade em uma rede social. Joaquim percebeu pelo perfil que se tratava de um estudante da instituição e enviou uma mensagem com dúvidas, mesmo sem o conhecer, ainda em Cabo Verde:

“[...] eu entrei e encontrei uma pessoa, aí eu mandei mensagem e a pessoa falou assim, falei que eu sou de fora, da minha situação, que eu ia chegar em fevereiro e que eu queria um lugar pra ficar aí a pessoa entendeu minha situação e falou: “tá bom, vou fazer o seguinte então, vou procurar saber, procurar algum lugar pra você ficar, aí quando você chegar aqui no Brasil, em BH você me fala” [...] (Joaquim, Cabo Verde, Engenharia agrônômica).

Conforme explicado pelo aluno (que no momento da entrevista estava em fase de finalização de seu curso) aparentemente não há nenhum contato prévio da IES de destino com o estudante selecionado via PEC-G. Com a divulgação do resultado da seleção é possível que o estudante saiba qual é a IES para a qual foi designado. Porém, de acordo com Joaquim, no momento da entrevista, a Assessoria Internacional da instituição, órgão que passou a se ocupar do programa PEC-G na UFSJ recentemente, entra em contato com ele com frequência para saber se está ocorrendo algum problema, fato que não ocorria com o órgão que os acompanhava anteriormente.

A seleção mais antiga no site do programa no MRE data do ano de 2012, com ingresso em 2013. Neste ano, a divulgação foi feita em uma tabela na qual as seguintes informações eram repassadas: nome do estudante, IES, curso, ano e semestre de ingresso e o país de origem do estudante. A partir da seleção de 2013, com ingresso em 2014, a informação campus foi adicionada à tabela. Além disso, desde o primeiro registro de resultado de seleção a informação: “É da inteira responsabilidade do estudante verificar quais são as datas de matrícula e início das aulas” (MRE, 2013), texto que acompanha os resultados de seleção até a presente data.

Notamos nas entrevistas a intenção clara dos estudantes de retornarem aos seus países para contribuir com o desenvolvimento econômico-social utilizando-se dos conhecimentos adquiridos nesta experiência de troca com o Brasil. Joaquim, que atualmente está cursando mestrado, falou-nos da importância dessa formação e constante aprimoramento profissional em um cenário no qual seu país demonstra-se carente por formação em diversas áreas. Claramente, a experiência proporcionada pelo PEC-G pode ser capaz de oferecer oportunidades que, provavelmente, esses estudantes não teriam em outros países.

“[...] eu acho que vai ser de grande valia fazer isso porque de certa forma, Cabo Verde é um país que se encontra em desenvolvimento ainda, um país muito jovem e eu estaria dando uma grande contribuição tanto a nível de formação, quanto a nível de experiência mesmo e de certa forma Cabo Verde está precisando de todas as áreas, tanto no seguimento de humanas, de recursos humanos, que é isso que vai dar uma diferenciação, na questão política, tem que melhorar, tem formar jovens pro mercado de trabalho, pra renovar, pra proporcionar vários aprendizados [...]” (Joaquim, Cabo Verde, Engenharia agrônoma).

Para finalizar, destacamos que uma pergunta foi feita sobre locais de referência em pertencimento desses estudantes e sua cultura. A resposta foi unânime em afirmar que nas cidades onde eles estavam, não havia manifestações que os remetiam à cultura africana. Apenas na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado e metrópole mais próxima, com maior número de africanos (em decorrência da UFMG), reuniões eram marcadas previamente para que eles pudessem se encontrar, dançar e comer comidas típicas. Entendemos que, com a presença de estudantes estrangeiros no país, isso poderia ser melhor aproveitado, caso a universidade buscasse, por meio de ações de internacionalização em casa, promover um contato maior entre brasileiros e estrangeiros e também uma interação entre os próprios estrangeiros, inclusive estimulando encontros como os que os estudantes vão buscar em Belo Horizonte em centros urbanos menores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos esse texto enfatizando a importância do PEC-G como uma política pública de cooperação entre o Brasil e países em desenvolvimento, que proporciona, para além da mobilidade física de alunos estrangeiros, a possibilidade de ampliação ou apropriação de capitais importantes para a titulação em nível superior. Os processos de globalização culminam na internacionalização do ensino superior e a política se desenvolve em um cenário que não está imune a relações de poder e subordinação. Autores como Boaventura de Sousa Santos (2011) defendem a necessidade de nos engajarmos no anseio por reinvenção de uma universidade do século XXI, em prol da construção de conhecimentos emancipadores e que valorizem as relações Sul-Sul.

É presente em nossas investigações e em outras pesquisas divulgadas, a importância do engajamento e troca nas IES brasileiras entre estudantes brasileiros e estrangeiros e o potencial do PEC-G em direção a uma formação intercultural. É essencial que a internacionalização, para além de proporcionar visibilidade em rankings e posições de prestígio, atue como um potencializador de capacidades humanas e o PEC-G nos fornece uma grande oportunidade para proporcionar esse contato.

O PEC-G se desenvolve com um número relativamente estável de novos ingressantes (foram 515 selecionados para entrada no primeiro e segundo semestre de 2020) e seleciona anualmente, por meio de edital próprio, destinando vagas para IES públicas e privadas que optarem pela destinação de vagas em suas unidades. Apesar de se tratar de uma experiência desafiadora, a busca pela aquisição de capital cultural e simbólico parece mover nossos entrevistados em meio ao desejo de retornar aos seus países de origem e contribuir ativamente com os conhecimentos adquiridos.

Acreditamos que uma participação mais ativa nas universidades pode favorecer contatos mais efetivos entre brasileiros e africanos e entre os próprios africanos. É necessário engajar esses jovens e atendê-los em suas especificidades, tanto na formação acadêmica quanto em formação cultural e crítica. Esse atendimento passa por uma recepção de qualidade que preste informações pertinentes e realmente contribua para que a experiência em nosso país seja aproveitada da melhor maneira. Além disso, cabe acompanharmos, em investigações futuras, as trajetórias dos egressos dessa política, buscando entender o impacto do PEC-G nas vidas e nos países de origem desses estudantes.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Pierre Bourdieu, tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. SP: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.) **A miséria do mundo**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. pp. 693-732.

BIZZON, Ana Cecília. **Narrando o exame CELPE-BRAS e o Convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização**. 2013. 445 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Brasília, DF. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm). Acesso em: 12 dez. 2019.

CABRAL, Frederico Matos Alves. **Os estudantes africanos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras: O Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)**. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em

Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR CAPES. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017. **Educação**. Diretoria de Avaliação, 2017.

GONÇALVES, Susana. Internacionalização em casa: a experiência da ESEC. **Exedra**. 1, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/47866239-Internacionalizacao-em-casa-a-experiencia-da-esec.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

KNIGHT, Jane. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: **European University Association. Internationalisation of European Higher Education**. Berlin: Raabe, 2010.

KNIGHT, Jane. Knowledge Diplomacy. The way forward? **Discussion paper**. London: British Council, 2018.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; BARROSO, Nuno Paulino. Práticas de letramento acadêmico de estudantes-convênio de graduação: uma análise das relações entre língua e identidade. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Brasília. v. 91. n. 229. pp. 604-621. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. **CELPE-Bras**. Ministério da Educação. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. **Manual do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)**. Brasília, 2000. Disponível em: [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual\\_do\\_Estudiante-Convenio\\_PT.pdf](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudiante-Convenio_PT.pdf). Acesso em: 07 dez. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Programa de estudantes-convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. Divisão de Assuntos Educacionais (DCE). **PEC-G 2013: Resultado Final. Selecionados**. Disponível em: [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2013/PEC-G\\_2013\\_-\\_Resultado\\_Final.pdf](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2013/PEC-G_2013_-_Resultado_Final.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Programa de estudantes-convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. Divisão de Assuntos Educacionais (DCE). **Histórico do Programa: Introdução**. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Programa de estudantes-convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. Divisão de Assuntos Educacionais (DCE). **Processo Seletivo 2020: Resultado por Posto de Inscrição**. Disponível em: [http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2020/resultado\\_final\\_PEC-G\\_2020\\_por\\_posto.pdf](http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2020/resultado_final_PEC-G_2020_por_posto.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

ROBERTSON, Susan. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a02.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2011. (Coleção questões da nossa época, v. 11).

TEODORO, A.; GUILHERME, M. A educação superior em tempos de mudança na América Latina e na Europa: anotações para uma agenda alternativa. In: **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.3, n.3. 2017, p.8-16. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/394/607>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

## COMO CITAR ESSE ARTIGO

### **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes; GOMES, Paula Diniz Gomides Castro. O PEC-G e a internacionalização da universidade. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 271-291, dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10355>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

### **American Psychological Association (APA)**

Macedo, M., & Gomes, P. (2020). O PEC-G e a internacionalização da universidade. *Debates em Educação*, 12(Esp2), 271-291. doi: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12nEsp2p271-291>